

## CONDIÇÕES DE VIDA DOS ESTUDANTES NO IFRN À LUZ DA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO SUAP

Rosemery Medeiros Pereira <sup>1</sup>

### RESUMO

O referido estudo versa sobre a investigação das necessidades sociais apresentadas pelos estudantes caracterizados ingressos nos cursos do ensino técnico integrado em 2024.1 no campus Natal Centro Histórico do IFRN – cursos de Lazer, Multimídia e Design Gráfico, a partir das informações obtidas na Caracterização Socioeconômica no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP. É uma pesquisa de natureza qualitativa que envolve a análise de dados quantitativos. Trata-se de uma pesquisa documental que se encontra em fase de revisão de literatura através da consulta aos documentos oficiais, periódicos científicos, bancos de teses e dissertações. *A priori* houve a sistematização do perfil dos estudantes com a coleta de informações obtidas no Relatório da Caracterização Socioeconômica. Foram 30 estudantes caracterizados, adolescentes e jovens de classes populares, com 95,38% (124), na faixa etária de 15 a 17 anos, predominando a população do sexo feminino em 56,92%. São famílias chefiadas por mulheres, com a grande maioria inseridas em atividades informais no mundo do trabalho, portanto, sem garantia de previdência social. No que se refere a renda per capita, 63,08% dos estudantes possuem até ½ salário-mínimo, corresponde a 82 alunos do universo de 130 alunos caracterizados. Apenas 06 estudantes declararam ter necessidades educacionais especiais, 80,77% (105) residem no município de Natal/RN, 71,54% (93) são usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. No indicador de raça, 89 estudantes declararam pardos e 13 negros. O objetivo é resultar num plano de trabalho de práticas interventivas para a equipe multidisciplinar da Coordenação de Atividades Estudantis (COAES) composta por médicos, técnicas em enfermagem, psicólogas, dentista, nutricionista e assistentes sociais. É fundamental o trabalho desta equipe, principalmente em defesa de uma educação pública, laica e de qualidade, na construção de um Plano de Ação, para a permanência e êxito dos estudantes, num diálogo com o ensino, pesquisa e extensão.

**Palavras-chave:** Caracterização socioeconômica, necessidades sociais, equipe multidisciplinar.

### INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado versa sobre a investigação das necessidades sociais apresentadas pelos estudantes ingressos nos cursos do ensino médio integrado em 2024.1,

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pela UFRN. Assistente Social do IFRN - RN, rosemery.medeiros@ifrn.edu.br

em quatro turmas, no campus Natal Centro Histórico<sup>2</sup> em Natal/RN, a partir das informações obtidas na Caracterização socioeconômica no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, e posteriormente resultar num plano de trabalho para a Coordenação de Atividades Estudantis (COAES).

A política de Assistência Estudantil implementada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência, Cultura e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, tem suas ações pautadas a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, através do Decreto nº. 7.234 de 19 de julho de 2010 e do Plano de Assistência Estudantil do IFRN, Resolução 23/2010 – CONSUP. Ressalta-se ainda que com aprovação em julho do corrente ano da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), buscará adequar suas ações ao novo instrumento que traz em seu parágrafo:

§ 1º A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio. (Brasil, 2024)

Na estrutura do IFRN<sup>3</sup>, temos em cada campi (atualmente 22 *campi*) a Coordenação de Atividades Estudantis (COAES), sistemicamente subordinada a Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis (DIGAE)/Reitoria, que tem por finalidade coordenar um conjunto de ações, atividades e serviços que buscam fortalecer o acesso, a permanência e êxito estudantil no ambiente escolar e a formação de cidadãs e cidadãos reflexivos e críticos, no âmbito de cada campi.

No *campus* Natal Centro Histórico a equipe de referência da COAES, tem atualmente a seguinte composição de profissionais: assistentes sociais, psicólogas, técnicas de enfermagem, médicos, nutricionista e odontóloga, que realizam um trabalho coletivo multidisciplinar objetivando os processos de garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação. Sem perder de vista que esses profissionais são trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, portanto, encontram-se submetidos, aos dilemas e constrangimentos do trabalho

---

<sup>2</sup> Localizado no Centro Histórico da capital potiguar, o *Campus* tem suas instalações na antiga oficina de trens (rotunda) no bairro das Rocas. Atualmente o *Campus* oferta formações nas modalidades Técnico Integrado os cursos de Multimídia, Design gráfico e Lazer, na modalidade Técnico Subsequente, os cursos de Eventos e Guia de Turismo e na modalidade superior, Produção Cultural, Gestão Desportiva e de Lazer.

<sup>3</sup> Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos da Lei nº 11.892, DE 29 de dezembro de 2008.

assalariado, num contexto de crise do capital. Nesse percurso, instaura-se uma nova relação entre o capital e o trabalho, acirrando-se ainda mais o antagonismo e a subordinação do trabalho ao capital. Conforme a reflexão de Mészáros, (2007), concebe-se que:

O capital não é apenas um conjunto de mecanismos econômicos, como frequentemente se conceitualiza a sua natureza, mas um modo de reprodução sociometabólica multifacetada e onibrangente, que afeta profundamente todo e cada aspecto da vida, desde o diretamente material-econômico até as relações culturais mais mediadas. (Mészáros, 2007, p.168)

Assim, neste estudo ainda não conclusivo, o desenho de demandas expressas a partir das condições de vida, dos estudantes ingressos, traz os primeiros achados da pesquisa, os quais já sinalizam encaminhamentos e desafios para atuação da equipe multiprofissional da COAES.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Na sociabilidade regida pelo capital, temos de forma contraditória a relação capital x trabalho, interesses antagônicos, onde todo aspecto da vida social e individual é subsumido aos interesses do capital. E desde os fins do século XX, a humanidade vive os reflexos de uma crise estrutural do capital. Esta crise, se manifesta conforme Mészáros (2007), sob quatro aspectos principais, seu caráter é universal, seu alcance é global, sua escala de tempo é extensa, contínua e, por fim, seu modo de se desdobrar é rastejante. Suas expressões vão desde o desemprego crônico, reconhecido como a face mais perversa dessa crise até a degradação do meio ambiente.

No que se refere as políticas sociais, consideradas necessárias para reprodução da força de trabalho para os fins lucrativos do capital no contexto do Estado neoliberal, tem a função de amenizar os efeitos negativos da contradição capital x trabalho, não atingindo a causa da desigualdade social, da pobreza, da concentração de renda e tampouco do desemprego. Neste sentido o Estado propôs-se a implementar programas sociais, focalizados, principalmente de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

Ressalta-se ainda a Emenda Constitucional 95/2016 a qual institui o novo regime fiscal, limitando os gastos públicos por vinte exercícios financeiros, ou seja, por vinte anos. Tal regime fiscal implica no congelamento dos investimentos públicos nas políticas públicas, na medida em que revoga a vinculação das despesas com saúde e educação aos

percentuais da receita líquida da União. Disso resulta que os investimentos públicos em saúde e educação terão, os mesmos valores de 2017, desconsiderando o crescimento da população brasileira e as demandas sociais pela ampliação do acesso à saúde e à educação públicas. A Emenda Constitucional 95/2016 ainda congela os reajustes salariais de servidores públicos e a realização de concursos públicos. Apesar das lutas da classe trabalhadora contra a aprovação da PEC, ela foi promulgada, como EC 95, em 15 de dezembro de 2016.

Neste sentido, as expressões da precariedade das políticas sociais vão incidir nos adversos espaços sócio-ocupacionais, em particular, no campo da educação na modalidade da educação profissional, recorte deste estudo, com o crescimento das demandas dos usuários agravadas pelo acirramento das condições de vida dessa população perante a insuficiência de recursos destinados ao atendimento das necessidades reais.

Logo, é um contexto marcado pelo processo de reconfiguração do mundo do trabalho empreendido desde os anos de 1970 e, em particular, na realidade brasileira no início do século XXI vivencia-se o processo de expansão da Política de Educação Profissional, a partir da segunda metade dos anos 2000, com a expansão da Rede Federal, e a criação dos Institutos Federais, aqui no Estado do Rio Grande do Norte, atualmente com a construção de 22 unidades. Historicamente, a função da educação, vem sendo moldada para atender as demandas postas pelo mercado de trabalho na formação e capacitação da classe trabalhadora. O acesso a essa política, em seus diferentes níveis, funciona como um trampolim para o ingresso no mercado de trabalho, desde que direcionada aos interesses deste. Neste contexto, os estudantes, filhos da classe trabalhadora, trazem as repercussões das expressões da questão social em suas condições de vida para a escola., cresce assim a demanda por ações que assegurem a permanência e êxito.

Destaca-se como estratégia de proteção social, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 (Brasil, 2010), que constitui o principal indicador para operacionalização das ações de assistência estudantil nas Universidades e Institutos Federais, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. “É, portanto, com a expansão no número de matrículas nas IFEs que a resposta às demandas dos estudantes ganha centralidade na cena contemporânea, como condição à efetivação do

acesso.” (Nascimento e Nicolau, 2018). De acordo com o Art. 2º desse decreto os objetivos desse programa são:

democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (Brasil, 2010)

E as ações de assistência estudantil previstas no PNAES são nas áreas de: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Entretanto, a execução do PNAES vai depender do orçamento destinado, com o desafio de compatibilizar restrição orçamentária e o aumento da demanda por cobertura da política de assistência estudantil.

Portanto, a presente pesquisa busca responder as inquietações sobre a assistência estudantil, reconhecida como funcional ao capital, pois direciona a formação para o mercado e atende as reivindicações dos estudantes e classes, com o acesso. E a permanência e êxito, como anda? E as demandas direcionadas a COAES?

## **METODOLOGIA**

O percurso metodológico a ser utilizado é uma abordagem materialista dialético-histórico, numa perspectiva crítica do fenômeno social a ser estudado. É uma pesquisa de natureza qualitativa que envolve a análise de dados quantitativos, ou seja, como esclarece que:

do ponto de vista da educação como formação humana, os procedimentos podem ser comuns às outras ciências humanas e sociais, quando exigidos pelo objeto de estudo. Sua interpretação, entretanto, está na forma como se estruturam os fenômenos educacionais, na formação dos sujeitos envolvidos (Ciavatta, 2015, p. 51).

É uma pesquisa documental, encontra-se na fase de revisão da literatura, consultando-se documentos oficiais, scielo, bancos de teses e dissertações, a priori houve a sistematização do perfil dos estudantes com a coleta de informações obtidas no Relatório da Caracterização Socioeconômica, no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP. Os sujeitos da investigação, são os estudantes do ensino técnico integrado, ingressos em 2024.1, dos cursos ofertados pelo IFRN no campus Natal Centro

Histórico, em Lazer, Multimídia e Design Gráfico. Totalizaram um quantitativo de 130 (cento e trinta) estudantes.

Ressalta-se ainda outro instrumento importante para coleta de dados, o exame biomédico realizado pelos profissionais de saúde, o qual foi adiado em virtude da greve nacional dos servidores Técnicos-Administrativos em Educação (TAE), deflagrada no IFRN a partir do dia 03 de abril do corrente ano. Este exame subsidiará com informações relevantes à pesquisa: identificação das doenças crônicas, vacinação, medicação contínua, avaliação da saúde bucal com exame físico e questões relativas à educação alimentar e nutricional dos estudantes, que resultará em vários encaminhamentos, principalmente a rede intersetorial. O exame médico biomédico encontra-se em fase de conclusão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Assim, no presente estudo, vamos identificar: Quem são os jovens que ingressam no curso integrado do ensino médio no IFRN Campus Natal Centro Histórico, em 2024.1? Foram 130 estudantes caracterizados, adolescentes e jovens de classes populares, com 95,38% (124), na faixa etária de 15 a 17 anos, predominando a população do sexo feminino em 56,92%. São famílias chefiadas por mulheres, com a grande maioria inseridas em atividades informais no mundo do trabalho, portanto, sem garantia de previdência social.

No que se refere a *renda per capita*, 63,08% dos estudantes possuem até ½ salário-mínimo, corresponde a 82 alunos do universo de 130 alunos caracterizados. Apenas 06 estudantes declararam ter necessidades educacionais especiais, 80,77% (105) residem no município de Natal/RN e 71,54% (93) são usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. No indicador de raça, 89 estudantes declararam pardos e 13 negros. Seguem gráficos que representam os dados supracitados:

## Responsável Financeiro

Total de Alunos por Responsável Financeiro

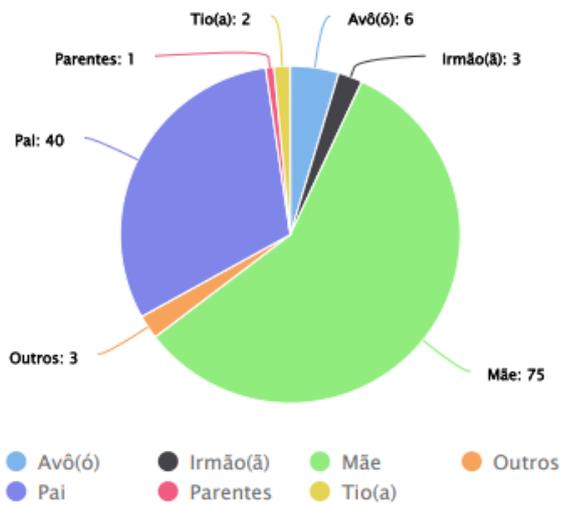


Figura nº 01- Fonte: SUAP

## Renda Per Capita

Total de Alunos por Per Capita com base no salário mínimo (SM)

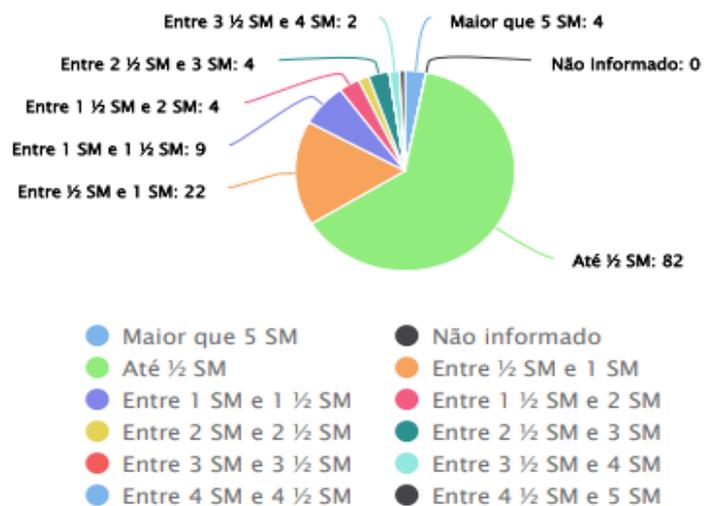


Figura nº 02 – Fonte: SUAP

## Programas Sociais do Governo Federal

Total de Alunos por Programas Sociais do Governo Federal

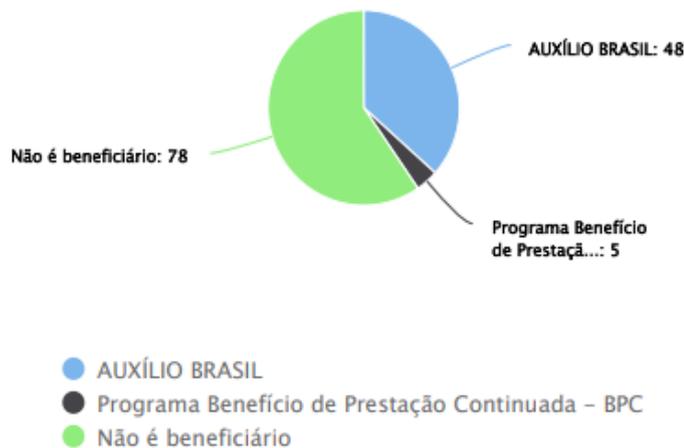


Figura nº 03 – Fonte: SUAP

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, na presente investigação apresentam-se as seguintes reflexões iniciais: Os sujeitos da pesquisa, os estudantes ingressos em 2024.1, apresentam condições precárias de vida com renda per capita insuficiente, 78 estudantes não estão nos programas sociais do governo federal, são famílias chefiadas pelas mães, 102 estudantes utilizam transporte coletivo, 105 residindo na zona urbana de Natal, entretanto, em localidades distantes do campus, 113 sem acesso a computadores e notebooks em casa.

Logo, afirma-se no contexto contemporâneo, as seguintes tendências da Assistência Estudantil: há o crescimento das demandas dos estudantes por ações de permanência e na contramão os recursos planejados são insuficientes para cobertura dessas necessidades, até mesmo para o quantitativo de estudantes, considerado público prioritário da PNAES, nos últimos anos há uma restrição no orçamento para implementação da política de assistência estudantil no âmbito do campus, cresce a busca pelo acesso aos programas e auxílios da assistência estudantil (programa de alimentação, auxílio transporte, auxílio moradia (aos estudantes maiores de 18 anos), bolsas no programa de apoio à formação

estudantil) que se dá a partir de inscrição em edital publicado e os auxílios eventuais, como fardamento, material didático e aquisição de óculos, são demandas consideradas espontâneas, solicitadas no atendimento presencial ou através do SUAP, evidencia-se de forma mais agudizada a focalização e seletividade do atendimento, com restrição de direitos, impossibilitando a equidade social tão sonhada, verifica-se um contingenciamento de despesas que resulta na inviabilização dos direitos requisitados pelos estudantes, constata-se agravamento da situação de pobreza, insegurança alimentar e desemprego dessas famílias, no atendimento às essas famílias, identificamos várias expressões da Questão Social à tona no cotidiano escolar como, trabalho infanto-juvenil, violência, drogas, sexualidade, saúde mental, trabalho precarizado entre outras.

E no que se refere ao público-alvo a ser definido apenas a partir de critério de renda, sem estimar outros indicadores de vulnerabilidades sociais presentes, ou seja, é necessário repensar os critérios de elegibilidade, analisá-los de forma crítica, na perspectiva de uma educação inclusiva.

Contudo, observa-se ainda que a educação é alvo do ajuste fiscal, “os investimentos para educação superior, proposto pelo poder executivo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) estão entre os menores dos últimos 10 anos.” (Santos e Lira, 2023, p. 279) e no levantamento da literatura trata-se de uma política recém consolidada, após a aprovação da Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, desafios posto para assegurar o direito social à educação.

Assim, é notória a relevância do trabalho da equipe de profissionais da COAES, na formulação de um plano de trabalho, que oriente as ações em respostas profissionais às demandas identificadas, em defesa de uma educação pública, laica e de qualidade, para a permanência e êxito dos estudantes, ameaçados em seu direito à educação.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o **Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br//cccivil\\_03\\_ato2007-2010/2010/Decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br//cccivil_03_ato2007-2010/2010/Decreto/d7234.htm). Acesso em: 14 abril 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007\\_2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007_2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em 14 abril 2024

**BRASIL. Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm). Acesso em: 14 abril 2024.

CIAVATTA, Maria. A historicidade da pesquisa em Educação Profissional: questões teórico-metodológicas. In **O trabalho docente e os caminhos do Conhecimento: a historicidade da Educação Profissional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p.32-53

FRANÇA, K.R e PEREIRA, R.M, **Análise das requisições postas pelo IFRN ao Serviço Social e os rebatimentos para identidade e perfil profissional**. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais:40 anos da “Virada” do Serviço Social”. Brasília, 2019

MÉSZAROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NASCIMENTO, S. S e NICOLAU, M. C.C., **Transformações sociais e Serviço Social: A Precarização do Trabalho na Assistência Estudantil**. IN: Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018.

SANTOS, A. E. D. e; LIRA,TS.V. **Crise, recrudescimento do neoliberalismo e seus reflexos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. In: O Social em Questão, PUCRio Ano XXVI – nº 55 p.261 - 286 – Jan a Abr 2023